

} 1.3.1

A Instância dos Possíveis:

O Estatuto Ontológico da Tecnologia e das Produções Artificiais

"(...) A construção é o movimento pelo qual a realidade se integra no processo de transformação unitária e ao mesmo tempo a diferença de um instante em que o real se cinde na sua reflexão construtiva e deste modo cria a possibilidade de união iminente e sempre imanente à construção da obra. Por isso a morada ficará sempre inacabada e todas as suas janelas darão para os campos inúmeros do possível e para esse rio que em torno dele será sempre a proposição de um mundo em que a unidade se consuma na sua própria origem e no seu fluxo permanente."

António Ramos Rosa, *O Aprendiz Secreto*, Ed. Quasi, Lisboa, 2005, p.35.

Resumo: A tecnologia e as produções artificiais têm hoje um papel fundamental nomeadamente na nossa cultura ocidental, quer ao nível da biotecnologia, quer ao nível da ciência robótica. Este facto é o resultado da acção do ser humano no mundo, que não se restringe apenas à sua actividade de sapiens (contemplativa), mas também de faber (acção transformadora). Neste sentido, aquilo que defendo nesta comunicação tem a ver com o facto de a natureza não só não se opor a esta acção transformadora como a reclamar, em termos de desenvolvimento ontológico e não apenas natural. Esta afirmação está longe de ser consensual, porque por um lado manifesta um entendimento diferente daquele que Aristóteles tinha da natureza, e por outro, entende a ontologia como um dinamismo que se prende mais com a irradiação de múltiplas formas do que com um desenvolvimento de sentido único. Sendo assim, aquilo que me proponho analisar nesta comunicação é o seguinte: a) A tecnologia e produções artificiais b) graus de artificialidade; c) natureza e ser.

Introdução

O mundo é essa "instância dos possíveis" onde se manifestam, por um lado, as nossas capacidades e virtualidades, e por outro, a vida de toda a realidade. Deste modo, o mundo é o palco das transformações humanas e simultaneamente da vida da realidade, que nenhuma transformação ou intervenção humana pode esgotar, é por isso que no dizer de Ramos Rosa, "(...) a morada ficará sempre inacabada e todas as suas janelas darão para os campos inúmeros do possível." Esta relação nunca esteve isenta de tensões, porque raramente a dinâmica da realidade de que todos os seres participam foi vista como nos diz Cerqueira Gonçalves, "(...) como um processo unitário e global, em que terra, ou mesmo o universo, e o ser humano não aparecem, cada um de per si, como elementos primitivos, em ordem a uma composição, mas se inserem no exercício, também ele unitário, de construção do mundo."¹ Esta visão da construção do mundo eminentemente bíblica, na qual a acção transformadora e a plenitude da vida não entram em conflito, mas antes se abrem a "inúmeros campos do possível" foi, na nossa cultura ocidental "infectada" pelos olhares maniqueístas e gnósticos do mundo. Os primeiros, olham para a realidade vendo nela uma luta permanente entre o bem e o mal. Os segundos, no seu "horror" perante o orgânico procuram, através do conhecimento, dirimir da vida a finitude, a contingência, numa procura constante de superação da condição humana. Esta "infecção" contaminou de tal modo o nosso olhar sobre a realidade que nos tornámos quase incapazes de nos maravilhamos e de fraternalmente comungarmos com ela, tão preocupados estamos com a remoção ou com o excesso de uma realidade que sempre nos transcende e que nunca dominaremos em absoluto.

Perdida a noção deste "espaço edénico"² ou deste campo de afectos passamos a viver num mundo de "obstinados dualismos" (C. Gonçalves, 1998, p.21), sujeito/ objecto, mal/bem, homem/mundo, necessidade/contingência, natural/cultural, natural/artificial. Cabe-nos então perguntar: qual o lugar e o estatuto da tecnologia e das produções artificiais na construção do mundo?

I Tecnologia e Produções Artificiais :

Tal como já referimos anteriormente o processo de construção do mundo é unitário e global e não um agregado de forças que actuem de per si sem qualquer tipo de relação. Se, do ponto de vista teórico isto é hoje uma evidência, nomeadamente quando tratamos das questões ambientais, no

¹ Joaquim Cerqueira Gonçalves, *Em Louvor da Vida e da Morte: - Ambiente- A Cultura Ocidental em questão*, Edições Colibri, Lisboa, 1998, pp.30-31.

² Maria Gabriela Llanosol, *Na Casa de Julho e Agosto*, Ed. Relógio D'Água, Lisboa, 2003, p.146.

entanto estamos ainda longe de termos uma visão orgânica da realidade. É neste "exercício unitário de construção do mundo" que devemos perguntar pelo sentido e significado da tecnologia e das produções artificiais. De que modo a tecnologia e as produções artificiais se inserem neste exercício?

Num sentido muito lato de tecnologia, e relacionando-o com a concepção Heideggeriana³ que se liga ao termo Grego *techné*⁴, podemos dizer que a tecnologia é a arte de fazer ou de produzir (saber-fazer). De acordo com Bernard Stiegler em *Técnicas e Tempo*, para Heidegger *techné* é poiesis um "modo de desvelamento", que "traz ao ser aquilo que ainda não é".⁵ Nesta mesma obra, Stiegler diz-nos que "(...) a tecnologia está relacionada essencialmente com o tempo (...) a técnica não está só apenas no tempo, como também o constitui. Técnicas ou o ser técnico, é a temporalidade do ser que caracteriza o humano." (B. Stiegler, 1998, 27). Deste modo, o movimento da realidade é marcado pela apetência do desenvolvimento histórico e temporal, onde a técnica tem um papel fundamental, integrando-se no património histórico da realidade,⁶ "trazendo ao ser aquilo que ainda não é." A questão que aqui colocamos é a de saber o que é que trazemos ao ser e de que modo. Como resposta a esta questão podemos dizer que aquilo que a tecnologia nos permite trazer "ao ser" é muito variado. De acordo com Carl Mitcham, inspirado sobretudo nos estudos de Lewis Mumford⁷ podemos diferenciar a tecnologia pelo menos, em quatro modalidades: "Objectos Tecnológicos", "Processos tecnológicos", "Conhecimento tecnológico" e finalmente "Vontade tecnológica"⁸. Caracterizarei muito sumariamente cada uma delas e farei uma análise mais pormenorizada sobre o conhecimento tecnológico.

Para Mumford a classe dos objectos tecnológicos pode ser dividida em: utensílios (cestos, vasos), aparelhos (contentores para experiências físicas ou químicas) utilidades, (reservatórios, aquedutos) ferramentas (ferramentas manuais que actuam e transformam o mundo material) e máquinas (ferramentas que não necessitam de energia humana porque têm uma fonte exterior de energia, mas necessitam de manipulação humana).

No que diz respeito às ferramentas e às máquinas a interpretação mais

³ M. Heidegger, *The Question of Technology and Other Essays*, trans. W. Lovitt, Harper & Row, New York, 1977.

⁴ Aristóteles distinguia três formas de conhecimento: a) *Techné*, diz respeito ao modo de fazer que tem a ver com a conhecimento da própria natureza da coisa; b) *Epistémé* conhecimento científico cuja fonte é a compreensão das coisas mediante as suas causas; c) *Phronesis* é o conhecimento prático, ou seja, conhecimento moral e político Aristóteles, *Physics in The Basic Works of Aristotle*, Ed. Richard McKeon Random House, New York, 1941 a.

⁵ B. Stiegler, *Technics and Time 1: The Fault of Epimetheus*, trans. R. Beardsworth and G. Collins, Stanford University Press, Stanford, 1998, p.9.

⁶ Ver a este propósito Walter Benjamin, *Illuminations*, trans. H. Zahn, Schocken Books, New York, 1968.

⁷ Lewis Mumford, *Technics and Civilization*, Routledge, London, 1946 e ainda, *The Myth of the Machine: Technics and Human Development*, Secker and Warburg, London, 1967.

⁸ Carl Mitcham, *The History and Philosophy of Technology*, ed. George Bugliarello and Dean B. Doner University of Illinois Press, London, 1979.

comum considera que quer as ferramentas quer as máquinas são extensões do homem, ou projecções orgânicas. Esta ideia vem de Aristóteles, mas faz parte também dos estudos realizados por Kapp e Lafitte⁹ nos finais do século XIX, princípios do XX. Mais recentemente esta ideia passou a incluir os media electrónicos como extensões do sistema nervoso humano, nomeadamente nos estudos de McLuhan.¹⁰

No que diz respeito aos processos tecnológicos, estes são normalmente vistos sob quatro formas de actividade humana. A invenção, o design, o fabrico material e o uso. Não me irei deter em nenhuma das quatro e passarei imediatamente à análise da tecnologia como conhecimento. Este modo de manifestação da tecnologia é aquele que tem sido mais analisado do ponto de vista filosófico e o que mais nos interessa explorar para a análise em questão. Quais são os problemas típicos que se podem colocar ao nível da filosofia da tecnologia. Segundo Mário Bunge os problemas da tecnologia são os seguintes:

- a) "Que características o conhecimento tecnológico partilha com o conhecimento científico, e quais são exclusivos do primeiro?"
- b) Em que é que a ontologia dos artefactos é diferente dos objectos naturais?"
- c) O que distingue uma previsão tecnológica de uma científica?"
- d) Qual a relação entre a lei científica, a tecnologia e a experiência empírica?"
- e) Que princípios filosóficos têm um papel heurístico, ou de obstrução na investigação tecnológica?"
- f) Será que o pragmatismo tem alguma influência na riqueza teórica da tecnologia?"
- g) Qual o sistema de valor e as normas éticas da tecnologia?"¹¹

Na análise que irei fazer vou deter-me essencialmente na primeira questão, a saber, "que características o conhecimento tecnológico partilha com o conhecimento científico, e quais são exclusivos do primeiro".

Podemos afirmar que do ponto de vista metodológico um programa de investigação tecnológica não é muito diferente de um programa científico. Têm algumas características semelhantes, por exemplo. A) Identificação e articulação de problemas, que podem ser resolvidos através de conhecimento empírico ou teórico, colocando hipóteses e procurando resolvê-las, ou reformulando o problema original. B) epistemologicamente e ontologicamente

⁹ Ver, Carl Mitcham, *The History and Philosophy of Technology*, ed. George Bugliarello and Dean B. Doner University of Illinois Press, London, 1979.

¹⁰ McLuhan, *Understanding Media: The Extension of Man*, Ed. McGraw Hill, New York, 2003.

¹¹ Mário Bunge, "Philosophical Inputs and Outputs of Technology", in *The History and Philosophy of Technology*, ed. By George Bugliarello and Dean B. Doner, University of Illinois Press, Urbana, 1979. p.263.

a tecnologia e a ciência partilham alguns pressupostos. Existe um mundo exterior que só podemos conhecer parcialmente, mas nunca totalmente, e que apesar de nunca o podermos conhecer totalmente podemos sempre aperfeiçoar esse conhecimento. Ambos admitem que, apesar de contribuírem para o enriquecimento da realidade, as suas teorias nunca esgotam toda a realidade. Contudo, e apesar destas semelhanças podemos dizer tal como Keekok Lee nos chama a atenção, que do ponto de vista epistemológico o objectivo da tecnologia é diferente do da ciência.¹² O pragmatismo está na base do conhecimento tecnológico, ou seja, o conhecimento científico (se existe) é apenas um meio para atingir uma determinada solução do problema que se pretende resolver. O objectivo da tecnologia é eminentemente prático e, nesse sentido, pode comprometer a sua relação com a verdade. O objectivo epistemológico da teoria científica é a verdade, ou pelo menos a aproximação à verdade, de acordo com uma certa tradição da filosofia da ciência.¹³ Mas o objectivo da tecnologia é a eficiência, e não a verdade. A eficiência exige que se utilize menos teorias profundas com menos custos operacionais conseguindo obter o máximo com o menos custo possível. Na distinção entre conhecimento científico e tecnológico podemos dizer, segundo Mário Bunge, que o primeiro, estabelece leis e o segundo estabelece regras.¹⁴ As leis são descritivas – quando se conseguem obter as condições, x, y, z, obtém-se A. As regras são prescritivas, ou são aquilo a que se pode chamar imperativos hipotéticos, se pretendemos chegar a A então temos de fazer x. A tecnologia de artefactos¹⁵ assenta em regras pré-científicas (regras que tinham por base a experiência empírica acumulada ao longo de milénios e aplicada por exemplo no fabrico do vinho ou do pão). Mas a partir do século XIX as regras tecnológicas assentam em leis científicas, isto quer dizer que as leis são capazes de dar conta, ou explicar, a eficácia das regras. Por exemplo para que a água que está no radiador do carro no Inverno não gele, colocamos anticongelante. A regra atinge o objectivo desejado com sucesso e pode ser explicada satisfatoriamente em termos dos pontos diferenciais de congelação da água e o metanol (substância utilizada nos spray anticongelantes), que por sua vez pode ser explicada por teorias como a cinética ou teorias atómicas. A partir destes exemplos podemos concluir que as regras tecnológicas assentes em leis científicas conseguem um maior controlo ou domínio do que aquelas

¹² Keekok Lee, "Technology: History and Philosophy", *Essays in Philosophy*, vol.6, nº1, Janeiro 2005, p.8.

¹³ Ver K. Popper, *Conjectures and Refutations*, Routledge and Kegan Paul, London, 1969.

¹⁴ Mário Bunge, "Toward a Philosophy of Technology", in *The Philosophy of Technology: Readings in The Philosophical Problems of Technology*, ed. By Carl Mitcham and Robert Mackey, The Free Press, London, 1983. pp.69-71.

¹⁵ Segundo Keekok Lee o artefacto é um objecto material fruto da intenção humana, é uma entidade física que só existe mediante manipulação e intervenção humana, deliberadamente criado por seres humanos, de acordo com fins específicos. Keekok Lee, *Philosophy and Revolutions in Genetics: Deep Science Deep Technology*, Palgrave Macmillan, New York, 2003, p.4.

apenas assentes na experiência empírica acumulada ao longo de anos. A tecnologia actual tem uma maior capacidade de manipulação e de produção de artefactos.

A partir da análise que acabei de fazer podemos concluir que embora a ciência e a técnica se possam inserir num patamar comum, diferem em termos de resultados, pois as tecnologias parecem preocupar-se apenas em obter resultados mais rápidos (eficácia). Mas se o modo de operar da tecnologia for apenas movido por critérios de eficácia que muitas vezes obedecem a preceitos meramente utilitaristas sem qualquer tipo de preocupação com uma visão sistémica da realidade ou com o reconhecimento do valor intrínseco de cada ente, então, podemos dizer que o fenómeno como manifestação da verdade cai no esquecimento e os elos de ligação entre a *techne*, *poiesis*, *logos* e *physis* acabam por se quebrar. Tal como nos diz Young¹⁶ a noção Grega de *techne* tem uma relação "terna" com a *physis*, enquanto que hoje essa relação parece ser "violenta" e "coerciva", na medida em que está mais interessada na eficácia e nos resultados, do que na descoberta ou no trazer à luz, de novas verdades e novas dimensões do ser. Isso parece ser particularmente evidente quando se analisa a questão dos graus de artificialidade.

II Graus de artificialidade

Pela primeira vez na história estamos aptos a ultrapassar a barreira das espécies, e, em princípio, a dispensar a evolução natural na produção de novos organismos e novas espécies. A biotecnologia abre-nos essa possibilidade, é-nos possível "construir" organismos bióticos segundo a nossa vontade. Estamos perante aquilo que Edward Yoxen descreve como:

"Muitas das coisas que foram discutidas como ficção científica há cinco anos atrás já acontecem hoje. Não se trata apenas de uma mudança de técnica, mas de um novo modo de ver (...). As limitações das espécies podem ser ultrapassadas pela fusão de organismos, combinando funções, aliando capacidades e juntando cadeias de propriedades. O mundo vivo pode agora ser visto como um orgânico e enorme equipamento de Lego convidando à combinação, à hibridização, à perpétua reconstrução. A vida tornou-se manipulável (Yoxen, 1983, p.15)".¹⁷

Estamos ao nível daquilo que já referimos anteriormente por processos tecnológicos, nomeadamente da invenção, do design e do fabrico. Na primeira metade do século XX com as descobertas de Mendel criaram-se as tecnologias de híbridos (variedades dentro da mesma espécie). Estes

¹⁶ J. Young, *Heidegger's later philosophy*, Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

¹⁷ Edward, Yoxen, *Gene Business: Who Should Control Biotechnology?* London: Pan Books, 1983. Ver também, Paula Castro e Célia Manaia, "O que é a biotecnologia? Princípios e Aplicações", *Ar Livre*, nº10, 2000, 1-8.

produtos criados tinham já um certo grau de artificialidade, mas nada que se possa comparar com aquilo que começa a surgir na segunda metade do século XX com a genética molecular. Neste último caso o grau de artificialidade é devido ao modo de produção que envolve, não só, manipulação ao nível da troca de material genético mas também ao nível molecular, cruzando reinos¹⁸ e espécies.

A partir da segunda metade do século XX, a genética molecular permitiu-nos, deste modo, produzir organismos bióticos e trocar material genético a nível molecular através das espécies e também dos reinos.¹⁹ Os organismos genéticos não são, deste modo, entidades que ocorrem naturalmente no sentido em que não são o resultado de um processo natural de evolução. Eles são o paradigma do artefacto biótico. São artefactos humanos do mesmo modo que são as casas, as esculturas ou as pinturas. Contudo, existe uma grande diferença que separa os artefactos bióticos dos abióticos. Os primeiros têm capacidade para se produzirem biologicamente mediante determinadas condições e esta reprodução pode mesmo escapar ao controlo humano levando a uma existência autónoma e independente. Este ponto tem sido foco de muita controvérsia.²⁰

Nestes casos, o que está em causa, não é somente a recusa em aceitar que eles são artefactos bióticos, mas também a recusa em aceitar que apesar da "profundidade" com que foram criados, essa "profundidade" não é, por si só, suficiente. A dimensão da "extensão" da mudança devia igualmente ser tida em conta. Contudo, a consideração destas duas dimensões, "profundidade" e "extensão" parece não entrar no debate legal acerca da questão das patentes, no caso de organismos transgénicos.

A "profundidade" tem que ver sobretudo, com a questão do nível de manipulação molecular operado.²¹ E, neste sentido, a originalidade pode ser entendida, não só tendo em conta a extensão da mudança ao nível do fenótipo, mas também a mudança ao nível do genótipo, ainda que limitada. Através desta interpretação alternativa de originalidade, a extensão da mudança operada nos organismos transgénicos pode ser entendida não como verdadeiramente

¹⁸ A Biologia identifica cinco reinos: Animais e Plantas (multi-celular, organismos eukaryotes), Monera (organismos prokaryotes como as bactérias), Protista (organismos eukaryotes unicelulares como protozoa) e Fungi (organismos eukaryotes multi-celulares). Alguns biólogos ainda falam de um sexto reino, Archea. Ver *Wikipédia*, [http://pt.wikipedia.org/wiki/Reino_\(biologia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Reino_(biologia)).

¹⁹ A genética clássica é conhecida pela genética de Mendel (1822-1884), baseada na lei da segregação: as características herdadas são passadas igualmente por cada um dos pais, e, em vez de se misturarem, elas mantêm-se separadas. É uma teoria estatística enquanto que a teoria cromossômica de Thomas Morgan diz-nos onde os genes se encontram. Ver, Jeremy, Chérfas, *Man Made Life: A Genetic Engineering Primer*, Oxford: Basil Blackwell, 1982 e Gary Comstock, *Vexing Nature: On the Ethical Case Against Agricultural Biotechnology*, Boston: Kluwer Academic Publishers, 2000.

²⁰ Sheldon, Krismky, *Genetic Alchemy: The Social History of the Recombinant DNA Controversy*, Cambridge: The MIT Press, 1982 e Mae-Wan, Ho, *Genetic Engineering: Dream or Nightmare? The Brave New World of Bed Science and Big Business*, Bath: Gateway Books, 1998.

²¹ Van de Graaf, *Patent Law and Modern Biotechnology*, Rotterdam: Gonde Quint, 1997.

original, e nesse sentido não ser considerada pela lei das patentes. Contudo, há ambiguidade no conceito de originalidade em relação a transgênicos, uma vez que a "extensão" de artificialidade é reduzida ou limitada. No entanto, com o contínuo avanço da engenharia genética podemos chegar a um ponto em que o grau de artificialidade é igualmente "profundo" e "extenso".

Por exemplo ao nível da agro-indústria poderemos chegar a produzir um organismo não sensível, sem penas, sem asas, sem bico, com a cor da pêra abacate e com o sabor do morango. Um organismo transgênico com estas características, dada a "extensão" da sua alteração e devido às suas características únicas, tem uma identidade *sui generis*, que, contudo, se assemelham aos mecanismos que o ser original (pássaro) possui, nomeadamente as suas funções biológicas, respiração, digestão. No entanto, o grau de artificialidade e de manipulação deste produto da engenharia genética poderá ser simultaneamente, "profundo" e "extenso".²²

Contudo, em toda esta problemática parece-me que esta questão também não pode ser regulada e limitada evocando as possibilidades da natureza, que é já uma instância circunscrita pela cultura. A intervenção da biotecnologia assume proporções, até ao momento imprevisíveis, diante das quais ou se apela desesperadamente à ideia de natureza, ou se apela à ética, a fim de preservar, fundamentalmente, a estrutura da natureza. Mas, tal como Cerqueira Gonçalves nos chama a atenção, o ponto de referência não pode ser a natureza, mas o ser e o tempo, é deles que decorre a legitimação e, sobretudo, a necessidade de desenvolver e transformar. O que devemos perguntar é até que ponto as intervenções tecnológicas contribuem para um maior desenvolvimento do ser, unificando, diferenciando, e universalizando.²³ Não estamos a lidar nem com naturezas nem com átomos, mas com sistemas. É perante esta complexidade que esta questão se deve analisar.

III Natureza e Ser

A questão da natureza é o tema central da Física de Aristóteles que teve um papel fundamental na cultura ocidental, umas vezes sendo bem acolhida, outras rejeitada, nomeadamente na modernidade.

Nesta obra aquilo que Aristóteles procurou garantir foi a natureza qualitativa das diversas espécies tendo-se perdido a visão da organicidade qualitativa global. Contudo, a sua marca foi de tal modo profunda que ainda hoje pensamos tendo como referência as categorias de géneros e espécies.

²⁴ Deste modo, associado à ideia aristotélica de natureza está o esquema das

²² Keekok, Lee, "Patenting and Transgenic Organism: A Philosophical Exploration", *Tecnhé*, 6:3 Spring, 2003, p.79.

²³ Joaquim Cerqueira Gonçalves, "Linguagem e Ecologia", Texto por publicar, p.15.

²⁴ Joaquim Cerqueira Gonçalves, "O Franciscanismo e a Natureza: Testemunhos-Comportamentos-

espécies onde se acentua, por um lado, a autonomia de cada espécie, e por outro, a diferença específica de cada uma, o que na prática significa a subordinação da espécie considerada inferior à superior. Para Aristóteles o único objecto possível do conhecimento humano é a natureza, ou seja, a forma dos entes sensíveis, compostos de matéria e forma. Nesta ideia aristotélica de natureza, não entra a ideia de um movimento ordenado de alteração da realidade finita, no tempo. Aquilo que Aristóteles não se deu conta foi do seguinte, mesmo que haja algo que funciona independentemente de nós, quando falamos da realidade, esta está sempre presente na nossa análise. Assim, quando nos referimos à natureza, temos em mente algo que funciona por si, independentemente de nós. Porém, aquilo que consideramos natureza é já uma pequena parte da realidade, que nós seleccionamos, colocando-a, desse modo, em referência a nós. Quer isto dizer que natureza, isso de que falamos, é sempre algo culturalizado, já realçado por nós. De certo modo, entendemos por natureza o que não integramos dentro do que é já resultado da nossa acção. A natureza seria, de certo modo, o resto que ainda não manipulamos. Fundamentalmente, damos à natureza um duplo e oposto sentido: o que não depende de nós e o que ainda não depende de nós, com a esperança de o fazer depender, no futuro.

Por esse caminho dual, tal como referi no início, não vamos longe, pelo menos temos de reconhecer que opomos o que porventura faz parte de uma unidade mais vasta. Quer isto dizer que não podemos partir nem da natureza, nem da cultura, nem da tecnologia, nem dos artefactos, mas de uma unidade mais radical, onde estejamos todos, interagindo e mudando uns com os outros. Nunca teremos apenas, nem uma natureza pura, nem um artefacto puro.

É, nesse sentido, que a ontologia me parece fundamental, porque nos mostra o caminho quer da unidade, quer da relação, desenvolvendo-se os entes, é o ser que se manifesta. O ser é essa vida de manifestação, de irradiação, de abertura, num horizonte sempre mais diversificado, universal e uno.

IV Conclusões

Se enraizarmos este processo tecnológico/científico de transformação do mundo no dinamismo da ontologia, nem a ciência nem a técnica terão a última palavra porque não são nem origem nem termo, mas expressões possíveis e sempre inacabadas de dizer a realidade.

Construir é testar, por um lado, as nossas capacidades mentais, e por outro, é testar a capacidade do empírico. Contudo, para que tal aconteça temos de ter em conta o seguinte:

1. Que não criamos um mundo à nossa imagem;
2. Que reconhecemos o valor intrínseco de todos os entes e não os manipulamos de qualquer modo;
3. Que procuramos uma articulação sistémica do todo com as partes;
4. Que respeitamos o sentido orgânico de todas as diferenças.

Para que a "construção se integre no processo de transformação unitária construtiva" então o processo de desvelamento e da manifestação da verdade não pode permanecer no esquecimento ou ficar encoberto. Tal como nos diz Champetier (2001)²⁵ não podemos tudo subjectivar/objectivar numa estrutura instrumental de apreensão dos seres, ao serviço do fazer e da eficácia em que a realidade empírica é suplantada pelo racional, ou por uma realidade apenas mental para produzir uma verdade.

Na apropriação do evento da realidade, a emergência dinâmica do ser é que tem a iniciativa, a acção humana é a actualização da humanidade como um todo investida e guiada pelo próprio ser e não o contrário.

Conceição Soares

²⁵ C. Champetier, "The philosophy of the Gift", Angelaki, Journal of the Theoretical Humanities, Vol.6, nº2, pp.5-22.